

DIÁLOGOS ACERCA DA GEOGRAFIA ESCOLAR

Pedro Wallas Soares de Araújo Felix ¹
Luciene Fabrizia Alves do Nascimento ²
Maria José Sousa da Silva ³

RESUMO

A Geografia como disciplina traz em seu currículo muitas nuances de épocas passadas, mas que contribuem para nortear o professor de Geografia em sala de aula. Nesse cenário, abordamos a educação e sua configuração no Brasil, a disciplina no currículo escolar e os autores que contribuem para metodologias de ensino. Esse trabalho tem como objetivo fazer um levantamento reflexivo do processo histórico da Geografia escolar que perpassa todo processo de criação da disciplina, trazendo análises sobre a metodologia utilizada em sala de aula do docente em Geografia que se configura e está ligada ao processo da disciplina em sala de aula. Realizamos revisões bibliográficas em vários textos de autores que abordam a questão da Geografia escolar, formação docente e metodologias de ensino para elaborar todo um procedimento que viabiliza a compreensão da Geografia enquanto disciplina e sobre os currículos escolares. Dialogar com os textos e revisar seus conteúdos trouxeram mais ideias e reflexões sobre o processo de formação enquanto docente. As discussões de todos os textos abriram um grande leque de aprendizagens e conhecimentos sobre a Geografia escolar.

Palavras-chave: Ensino de Geografia, Geografia escolar, Disciplina, Formação docente.

INTRODUÇÃO

A Geografia como disciplina traz em seu currículo muitas nuances que são de épocas passadas, mas que contribuem para nortear o professor de Geografia em sala de aula. Para maior conhecimento dessa disciplina fizemos uma abordagem histórica na Geografia escolar, passando por todo um processo de elaboração até os dias atuais como a conhecemos. Nesse cenário, abordamos a educação e sua configuração no Brasil, a disciplina no currículo escolar e os autores que contribuem para metodologias de ensino de Geografia.

Esse trabalho tem como objetivo fazer um levantamento reflexivo do processo histórico da Geografia escolar que perpassa por todo processo de criação da disciplina, trazendo análises sobre a metodologia utilizada em sala de aula do docente em Geografia e como isso está ligado ao processo da disciplina em sala de aula. Abordando primeiramente a

¹ Mestrando do Curso de **Geografia** da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, pedrowsaf@hotmail.com;

² Mestranda do Curso de **Geografia** da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, fabriziaalves99@hotmail.com;

³ Mestranda do Curso de **Geografia** da Universidade Federal da Paraíba - UFPB mariasilva.geo@gmail.com;

educação no Brasil e seu processo de elaboração. Nesse contexto, buscou autores que trabalham com a Geografia escolar e suas formas de ensino.

Pesquisar sobre a Geografia escolar contribui para compreensão de todo um processo o qual é feito para a construção da disciplina, bem como para a elaboração da ciência Geográfica em disciplina. Nessa perspectiva, é importante dialogar a percepção do processo envolvido para a manutenção dessa referida disciplina nos currículos escolares.

Os autores que debatem toda essa abrangência da Geografia escolar e suas nuances, colocam reflexões importantes para toda essa configuração histórica e para as metodologias que podem ser realizadas em sala de aula com os currículos presentes. Esses ainda compõem o arcabouço teórico desse presente trabalho.

Os textos escolhidos dispõem de várias temáticas e diferentes autores: como Vesentini (1989), Aldo Victorio (2007), Renato Jardim (2007), Circe Bitencourt (2018) e Carlos Ferraço (2013), Albuquerque (2012), Saviani (2007). São textos variados, entretanto eles discutem temáticas comuns: a Geografia escolar, a sala de aula e suas nuances, seja na perspectiva da disciplina ou do cotidiano escolar. Eles enriquecem a base teórica do presente trabalho.

METODOLOGIA

O método infere os processos que serão percorridos ao longo da pesquisa, são procedimentos formativos que constitui cientificidade ao trabalho como descrito por Demo (2002). Neste sentido, a pesquisa é de cunho bibliográfico, visto que segundo Gil (2007, p. 51) “É desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Os textos que escolhemos abordam a Geografia enquanto disciplina no Brasil desde sua origem, passando por todo processo legislativo até os dias atuais, além de textos sobre outros conteúdos da Geografia como: as disciplinas escolares no currículo, conceitos geográficos, urbana e outros que contribuíram para o nosso conhecimento.

Realizamos revisões bibliográficas em vários textos de autores que abordam a questão da Geografia escolar, formação docente e metodologias de ensino para elaborar todo um procedimento que viabiliza a compreensão da Geografia enquanto disciplina e sobre os currículos escolares.

UMA BREVE REFLEXÃO ACERCA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO INÍCIO DO SÉCULO XX: TRAJETÓRIA E TENDÊNCIA.

O Estado brasileiro buscou reestruturar a educação a partir das primeiras reformas curriculares nos estados da federação, estes por sua vez, foram ordenados para responderem a necessidades do desenvolvimento econômico, social e político. Mate (2002) afirma que as primeiras reformas curriculares no Brasil enquanto república ocorreram na década de vinte do século XX, visto a necessidade de conduzir o País ao status de moderno, identificando no campo da educação o espaço frutuoso para a realização das reformas sociais que permitiria tal êxito.

Para isso, os primeiros ensaios a respeito da reestruturação educacional brasileira, foram as reformas no Estado de São Paulo, Ceará e o Distrito Federal (atualmente Rio de Janeiro). O primeiro iniciou em 1920 no Estado de São Paulo, vislumbrando um padrão a ser seguido por todas as Instituições de educação, visto suas peculiaridades de cidade constituída por imigrantes e por isso era uma preocupação das autoridades e das elites formar uma mão de obra que atendesse ao modelo capitalista da época, logo as reformas eram mais de cunho social com descreve Mate (2002).

São Paulo inicia seu sistema de ensino preocupado em buscar padrões, para isso o cotidiano escolar e as práticas pedagógicas dos professores constituem passos para o desenvolvimento cívico e nacionalistas intrínsecas nessa reforma, ainda embrionária, contudo reflete posteriormente no movimento dos Pioneiros da educação da década seguinte como afirma Salviani (2007). Nesta perspectiva, a reforma do estado de São Paulo tinha como característica combater o analfabetismo, a evasão, além da constituição do senso escolar, fixação de horários e o monitoramento das práticas pedagógicas de professores, ou seja, uma ordenação do sistema de ensino.

Esse processo foi o ponto de partida para as demais reformas curriculares tanto no Ceará como no Distrito Federal, ressaltando as peculiaridades de cada Estado, contudo a base permaneceu a mesma. Alguns pontos merecem destaque, dentre eles: a construção de um modelo tecnicista de educação para os trabalhadores, desenvolvido pela escola, mas fiscalizado pelo Estado já que havia necessidade de qualificar mão de obra para a indústria, ou seja, o mercado de trabalho Salviani (2007) e Mate (2014), além disso o monitoramento das práticas pedagógicas dos professores, tinha por pressupostos inspecionar como os mesmos conduziram o processo, acarretando intensos conflitos pois era ditado como seria ministrado

as aulas, logo houve um número considerável de exonerações por parte do Estado de São Paulo, (MATE,2002).

Ressaltando que a prática de controlar e ditar regras não era necessariamente nova, já havia relatos dessa dinâmica na escola Pedro II, ainda no império, como sintetiza Rocha (2014), logo o estado tinha como princípio nortear a condução da educação e o processo pedagógico dos sujeitos (professores), em razão do campo estratégico em que estavam inseridos. Frisando, que ainda nesse período a profissionalização docente não estava consolidada, ainda era desenvolvida por Bacharéis nas mais diversas áreas.

Na década de 1930, os Pioneiros da Educação Nova (escolonovista) tiveram um papel importante no novo modelo de educação até então desenvolvida no Brasil, essas primeiras reformulações curriculares citadas anteriormente, deram subsídio para criação do Manifesto, que nasce em meio a necessidade de fortalecimento do País (SAVIANI,2007), dando suporte as primeiras políticas educacionais desenvolvida a partir desse movimento no Brasil república.

Tendo por uma de suas finalidades a profissionalização dos professores em nível superior, visto que até o presente momento era desenvolvida pelas escolas normais como afirma Cacete (2014). A partir do decreto 19.851 de 1931 dispõe da organização do ensino em nível superior no Brasil, nasce a Faculdades Filosofia, Ciência e Letras no Estado de São Paulo, para a formação de professores para a etapa do secundário, constituindo um marco para a formação do professor.

Portanto, os primeiros decretos que instituiu novos caminhos para a educação, foram importantes tendo em vista, que até então cada estado instituíam seus próprios objetivos, com pouca articulação com os demais entes da federação, esse processo foi se moldando até a criação da primeira legislação educacional, a Lei de diretrizes e Bases da Educação na década de sessenta, que oficializa o decreto acerca da profissionalização do Professor em nível superior para o ensino secundário(ALBUQUERQUE,2011). Essa nova configuração educacional foi se constituindo ao longo do século XX, algumas delas não instituíram avanços para o sistema educacional, ou seja, acarretaram retrocesso de cunho curricular e na formação do professor, tema que discorrerei um pouco a seguir.

Esses discursos acerca das reformulações educacionais, ganharam um novo capítulo, com a vinda dos militares ao poder, constituindo uma série de reformas para a nova configuração ditatorial e de controle imposta pelo sistema, a reforma do ensino na lei 5.692 de 1971 instigou a disciplina de Geografia do currículo da escola, em substituição é inserida os Estudos Sócios.

Assim ao longo desse período foram sendo desenvolvidas novos pressupostos para a Geografia na escola, com a criação dos cursos superiores, um marco para a constituição do olhar geográfico, acerca a realidade brasileira, tendo Delgado como um desses autores de relevância para a modernização do ensino, contudo havia um longo caminho entre a institucionalização da formação do professor de Geografia e as práticas cristalizadas em sala de aula. Logo sendo um grande desafio construir aportes para a disciplina escolar que constituíssem seus próprios conhecimentos, sem que necessariamente ser ditado pela academia, (CHERVEL 1990).

Diante disto, Delgado ao longo do início do século XX foi instituindo no Brasil caminhos para a modernização da disciplina de Geografia. Para ele era necessário romper com o modo clássico de se ministrar aula, ainda com práticas arraigadas, e desenvolver novos caminhos para dinamizar as aulas. Logo, novas metodologias são propostas, em que o aluno esteja no centro do processo de aprendizagem, com base no estudo regional do país. (ALBUQUERQUE,2011).

Em paralelo os Estudos Sociais vão criando moldes de disciplina na etapa primária, com contribuições também de Delgado na composição do currículo. Para ele era necessário o estudo de atividades que constitui-se no aluno uma formação integral (ISSLER 1973) rompendo com a fragmentação e a superficialidade dos conteúdos. Neste sentido, nas diversas reformulações curriculares ao longo do século XX, a disciplina de Estudos Sociais delineava caminhos para a educação das crianças em formação.

No entanto, no período da ditadura militar, a disciplina é reformulada e passa a ter como fundamento o controle social, ou seja, passa a servir as ideologias imposta pelo sistema, e perde parte sua estrutura original. Com isso, ela é institucionalizada para as demais etapas da educação, tendo em seu pressuposto mudanças curriculares, retirando a disciplina de Geografia e História do currículo e substituídas por Estudos Sociais. Com isso a uma ruptura radical no magistério desses professores, visto que os mesmos, ficam em situação de insegurança a respeito do futuro da profissão (CONTI,1976). Logo os conflitos vieram junto com a nova lei, pois a disciplina nasce sem estrutura mínima para sua execução, dentre eles a construção de um currículo definido com objetivos próprios, na realidade era uma mistura de conteúdos da Geografia e História, Conti (1976).

Nessa nova reformulação é introduzido cursos aligeirados, de curta duração para responder a essa nova dinâmica de mercado, negligenciando a qualidade dessas formações. Neste momento são criadas três tipos de licenciaturas para professores polivalente Letras, Ciência e Estudos Sociais (CONTI, 1976), Nessa nova dinâmica de formação há uma

diminuição de carga horária, além disso, essas licenciaturas eram justificadas pela demanda por profissionais para o mercado, como isso um professor era formado com um tempo insuficiente para a constituição mais abrangente de sua profissionalização, acarretando um crescimento de Instituições com esse perfil. Esse movimento causou na formação inicial um prejuízo gigantesco, pois eram formações superficiais e por conseguinte profissionais sem qualificação mínima para o exercício do magistério.

Portanto, quando essas reformulações curriculares e legislatórias são criadas pressupõe o momento que a constituiu, de acordo com os interesses dos grupos vigentes no poder, no entanto, esse processo reflete não só naquele momento de sua formação e execução, mas toda uma geração é atingida por esses processos, por isso a importância de compreender um pouco dessa dinâmica e seu reflexo na formação educacional do país.

GEOGRAFIA ESCOLAR NO BRASIL – HISTÓRICO E PERCALÇOS

A origem da Geografia enquanto disciplina no Brasil ainda é um tema bastante recorrente nas pesquisas. A presença desse campo do conhecimento, assim como outras disciplinas, no currículo, seu conteúdo, obrigatoriedade e permanência não são mero acaso, está diretamente ligado a função social e política que o conhecimento possui e que se transforma ao longo do tempo.

Este trabalho tem o objetivo de fazer um levantamento histórico-reflexivo acerca do desenvolvimento da Geografia enquanto disciplina escolar, compreendendo o desenvolvimento e percalços que esta disciplina enfrentou ao longo de sua sistematização.

Conforme destaca Santos (1990, p. 27), “as mudanças em uma disciplina, ou conteúdo escolar, são condicionadas por fatores externos e internos, que devem ser analisados de dentro de uma perspectiva sócio histórica”, desta forma, podemos analisar a institucionalização da geografia na escola a partir dos fatores que condicionaram a presença deste conhecimento no currículo.

Segundo Goodson (1990), a Geografia começa a aparecer nos currículos das escolas no final do século XIX. Seu conhecimento passa a ser considerado útil para as crianças da classe operária, sobretudo nas Escolas Elementares, sendo este conhecimento objeto de exame nestas instituições, embora sua presença ainda fosse pouco expressiva nas escolas.

No Brasil, a origem da Geografia escolar tem suas origens atribuídas a fundação do Colégio Pedro II, em 1837, conforme defende na maioria das literaturas sobre o assunto. No entanto, várias pesquisas discutem atualmente o ensino de Geografia nas províncias do país, na qual fica evidente que o ensino de Geografia antecede a fundação do colégio supracitado, conforme aborda Albuquerque (2012).

Ainda em 1831, alguns anos antes da fundação do Colégio Pedro II, a Geografia foi efetivamente uma cadeira isolada criada na cidade da Paraíba, conforme destaca Albuquerque (2012), com base em documentos e legislação do estado, destacando ainda que outras províncias também criaram cadeiras isoladas de Geografia neste mesmo período, tais como Pernambuco, Piauí e Maranhão.

A origem da disciplina também tem relação com os cursos preparatórios para ingresso no ensino superior, pois os exames, conforme já exposto antes, estava presente nos exames para ingressos nas instituições e cursos superiores, como o Curso Jurídico de São Paulo e Olinda por exemplo.

A evolução dessa disciplina na escola enfrentou uma série de barreiras, sobretudo no que diz respeito aos conteúdos a serem ministrados em sala de aula, visto que os conhecimentos geográficos sempre foram associados a um ensino enciclopédico, de memorização, sem atribuição prática na vida do aluno. Essas barreiras também podem ser associadas ao fato de que a Geografia escolar, pelo menos em sua origem, não possuía um conhecimento científico sistematizado, pois, conforme aponta Silva (2012, p. 08), a Geografia:

Antes de ser uma ciência, isto é, uma área do conhecimento com objeto, corpo teórico-metodológico e espaço institucional independente, o que viria a ocorrer apenas na década de 1930, e antes de ser uma disciplina estável no ensino secundário e, posteriormente, no ensino elementar, foi disciplina autônoma do ensino superior

Embora a Geografia ainda não estivesse presente nas universidades como curso superior, os conhecimentos geográficos já estavam presentes na educação básica e nos cursos superiores como disciplinas isoladas.

A criação do Colégio Pedro II trouxe grande contribuição para o desenvolvimento da Geografia escolar, pois este veio a ser modelo para outros colégios e sistemas educacionais no país. A partir da fundação do colégio supracitado, disciplinas como a Geografia e História ganharam mais espaço no cotidiano escolar, adquirindo uma certa autonomia, conforme destaca ainda Silva (2012).

Como ainda não existiam cursos superiores para formar geógrafos ou professores de Geografia, os docentes desta disciplina eram autodidatas, com formados em direito ou outra formação superior. Também não existiam livros didáticos específicos para o ensino de Geografia, embora conteúdos relacionados a estes conhecimentos fossem presentes em livros e materiais de outras disciplinas, conforme Silva (2012).

Por não apresentar um objeto específico, diversidade de matérias ou mesmo uma ciência de origem sistematizada, os conhecimentos geográficos eram pouco valorizados na educação básica, pouco atrativo aos alunos, pois nem sempre abarcavam a realidade em que estavam inseridos, mas partiam de situações distantes para explicar a dinâmica da Terra. Entendida como o habitat do homem, a Terra passou a ser compreendida como o objeto de estudo da Geografia, conforme aponta Carvalho (1925).

As décadas de 1920 e 1930 trouxeram significativos avanços ao ensino de Geografia nas escolas básicas, sobretudo com as contribuições de Delgado de Carvalho. “Formado na École Libre de Sciences Politiques (Paris), Delgado de Carvalho chega ao Brasil com o propósito de desenvolver sua tese de doutoramento, iniciando assim um percurso por diferentes instituições ligadas ao campo científico e educacional no país”. Além da produção de livros didáticos de Geografia e estudos regionais do país, Carvalho também foi um dos membros da comissão pedagógica que organiza e anima o Curso Livre Superior em Geografia, conforme Zusman e Pereira (2000).

Delgado de Carvalho também faz críticas ao ensino de Geografia vigente, entendido como tradicional, mnemônico, como citado anteriormente no qual alunos e professores apenas memorizavam e guardavam na memória nomes e informações, além de ser autor do currículo para a disciplina no Colégio Pedro II, currículo que serviu como modelo para os estados do Brasil.

Ainda na década de 1930 é introduzido no Brasil os Estudos Sociais como disciplina, baseada em discussões e ideais escolanovistas, influenciados pelas ideais educacionais difundidas nos Estados Unidos e Europa, conforme destaca Albuquerque (2006). Nos anos 60 esta disciplina passa a ser optativa para o ensino médio, com base na criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), porém, na década de 1970 é lançada uma nova lei, a 5692/71, e os Estudos Sociais passam a ser disciplina obrigatória, substituindo o ensino de Geografia e História.

Os debates acerca dessa disciplina se acirram a partir dessa decisão, sendo questionados seus fundamentos, objetivos, conteúdos e importância no currículo. Como não existia uma formação para professores na área ou mesmo uma ciência base, foram criadas

licenciaturas curtas para formar futuros professores de Estudos Sociais. No entanto, as críticas e discussões não cessaram e na década de 1990 a Geografia e História voltam a compor o currículo da educação básica, conquista esta atribuída sobretudo aos professores, os principais afetados pelas mudanças ocorridas na educação.

Embora tenha sido uma grande conquista para a Geografia, a volta para o currículo estava longe de cessar as crises enfrentadas por esta disciplina, mesmo com anos de história e presença na educação, o ensino de Geografia continua sendo criticado por apresentar as mesmas características tradicionais, mnemônicas, sem real sentido na vida dos educandos, isto é, aplicação prática na realidade em que estão inseridos.

Ainda na década de 1970, surge no Brasil um movimento na Geografia denominado de Geografia crítica, também chamado de renovação da Geografia. Este movimento surge da necessidade da reflexão e atualização da Geografia enquanto ciência e disciplina escolar.

Na escola básica, o movimento de renovação da Geografia traz críticas e reflexões acerca da formação do professor, do currículo e conteúdos, e sobretudo da forma como os conhecimentos geográficos são abordados nas escolas. A principal proposição defendida por esse movimento é que “deve haver uma relação dialética entre o saber científico e a realidade do aluno”, Vesentini (1992, p. 20).

Desta forma, não se trata apenas de uma renovação dos conteúdos científicos, mas um diálogo diferente na relação professor-aluno, no qual a realidade do aluno é fundamental para a construção dos conhecimentos geográficos. O professor, através da pesquisa, passa a ser visto como um profissional que necessita aprender constantemente, sobretudo com de leituras rotineiras.

Os conhecimentos geográficos são fundamentais para a formação dos alunos, dando ao aluno a possibilidade de leitura do espaço e sua dinâmica, e ainda a consciência de que aluno, professor e sociedade são partes deste espaço. Desta forma, os conhecimentos geográficos passam a ser discutidos como fundamentais no cotidiano escolar, embora ainda não tenha alcançado a valorização que lhe é devida.

A Geografia escolar ainda possui um longo caminho a ser percorrido para que possa ser reconhecida enquanto disciplina fundamental para a formação de cidadãos críticos, capazes de ler e intervir no espaço geográfico, no entanto, esse caminho já está sendo trilhado por professores e pesquisadores que lutam pela renovação e valorização da ciência geográfica e da Geografia escolar.

AS DISCIPLINAS ESCOLARES E METODOLOGIAS DE ENSINO

Esses trabalhos revisados bibliograficamente trouxeram muitas discussões proveitosas, fazendo com que tivéssemos grandes trocas de aprendizagens. Fizemos a revisão em trabalhos desde os primórdios da disciplina de Geografia, para compreendermos como se configurou os currículos escolares brasileiros.

Cada texto trouxe consigo grandes reflexões que vão embasar o projeto de alguma forma. Como o texto da Circe Bitencourt (2018) “O que é disciplina escolar”, o qual mostra o histórico das disciplinas no Brasil e a importância destas. Esse texto auxiliou de forma significativa, uma vez que todos os projetos que se voltam para sala de aula têm que ter um embasamento sobre como surgiram as disciplinas, principalmente, a que irá trabalhar para que possa compreender o sentido que esta disciplina contém.

A Circe (2018) traz um debate importante sobre as disciplinas escolares e seu real significado, como ela coloca "Responder a pergunta 'O que é uma disciplina escolar?' não é simples', mas trazem elementos norteadores (BITENCOURT 2018, p.35)", como também o distanciamento desta da licenciatura nas universidades "essa abordagem considera escolar dependente do conhecimento erudito ou científico, o qual para chegar a escola e vulgariza-se necessita de didática encarregada de realizar a transposição (BITENCOURTE 2018, p.35)", ou seja ela traz um debate muito importante sobre como é o processo de passagem da disciplina para da universidade para escola.

A referida autora ainda aborda uma questão relevante, a qual se volta para o projeto em questão, pois ela coloca que "[...] o estudo das disciplinas escolares tem se mostrado para a compreensão do papel da escola na divisão de classes e na manutenção de privilégios de determinados setores da sociedade" (BITENCOURTE 2018, p.38), a importância da pesquisa se pauta na obtenção de respostas que podem trazer melhorias para as pessoas que estão inseridas nos problemas investigados, isso aborda necessárias reflexões para a igualdade no cotidiano escolar.

Textos como os da Circe (2018) servem de base também para discussões como no texto elaborado por Jardim (1997), quando eles dizem que há uma necessidade de reformar os programas e os métodos da disciplina de Geografia.

O texto do JARDIM (1997) “Ensino da Geografia” contribui de forma significativa tanto para a elaboração, bem como para o aperfeiçoamento dos projetos de mestrado, com para pensar na Geografia enquanto disciplina, porque utiliza-se da pesquisa

para descobrir os problemas da disciplina, como o próprio coloca "é conhecido o desprezo que entre existe pela Geografia como disciplina escolar, e é um desprezo explicável, senão justificável (JARDIM 1997, p.389)", ele buscou as problemáticas que ocasionam esse desprezo e através disso, ter as soluções.

O texto referido contribui para analisarmos o porquê da Geografia está posta dessa forma, colocando reflexões que necessitam ser feitas pelos discentes e docentes da licenciatura em Geografia. Ele aborda todo o processo da evolução da Geografia enquanto ciência para entendermos o porquê da disciplina está tendo desrespeitos. Ele condiciona a melhora através dos programas, como enfatiza

Percebe-se nesses programas - programas evoluídos- o reconhecimento de um estudo introdutório do curso elementar de Geografia. Tateia-se em busca da respectiva matéria e respectiva orientação. Estas, no entanto, estão há muito achadas desde que mudamos nossa percepção de Geografia [...] (JARDIM, 1997. p.389).

As mudanças nos currículos de acordo com Jardim ocasionariam a melhoria do ensino e tiraria esse modo enfadonho que é colocado como "castigo" para as crianças como uma forma de aprender a Geografia.

As obras contribuíram em diferentes perspectivas para o projeto de mestrado. Um viabilizaram a questão histórica da disciplina, outras foram para nosso cotidiano ou os conceitos geográficos.

No texto do Vesentini "Para que ensinar a Geografia?" Ele coloca que "as relações são íntimas e inextricáveis embora pouco perscrutadas tanto pelos geógrafos como estudiosos da Geografia escolar", (1989, p.30), ou seja, ele trazia a ideia de que a disciplina Geografia e a ciência eram mais próximas do que colocavam os estudiosos. A escola que é criticada no seu texto recebe as críticas em virtude da falta de criticidade, por ela ser uma reprodutora do sistema capitalista.

O Vesentini ainda enfatiza "é evidente que a escola não produz, mas apenas reproduz as desigualdades sociais; mas sua função lógica parece ser mais eficaz que as anteriores [...] (VESENTINI 1989, p. 31)", a escola deve ser um espaço de produção para que haja criticidade nos alunos, essa parte que o autor coloca condiz com que está sendo nas pesquisas, ele aponta as causas para isso ocorrer dando um bom embasamento.

O autor é efusivo ao defender o ensino diante da abordagem da Geografia crítica, ele aborda os problemas que levam a escola a ser apenas uma marionete do capitalismo, colocando que "a escola contribui para a reprodução do capital, habitua os alunos a uma disciplina necessária a indústria moderna, a realizar sempre tarefas novas sem discutir para que servem [...] (VESENTINI 1989, p.31)", de acordo com Vesentini, a escola faz uma

espécie de adestramento pois apenas leva o aluno a independência intelectual necessária. Apenas trabalham o aluno para jogá-lo no mercado de trabalho.

Essa questão do ensino de Geografia conectada ao capital entrou em cena desde século XIX. Vesentini (1989) mostra os problemas e demonstra a única coisa que a Geografia escolar de fato ensina "difundir a ideologia patriótica ou nacionalista: eis o escopo fundamental da geografia escolar. Inculcar que a forma Estado-nação é natural e eterna; apagar de forma coletiva as formas anteriores de organização espacial" (VESENTINI 1989, p.33), a disciplina Geografia serviria apenas para propagar o patriotismo e reproduzir o sistema capitalista de acordo com o referido autor. E qual a sua posição frente esta fala? Será que o autor disse isto, assim mesmo? Ou ele diz que a Geografia cumpre este papel quando não assume a sua criticidade?

O texto de Aldo (2007) traz uma contribuição ainda maior, porque faz uma pesquisa levando em consideração o cotidiano escolar, assim como o que pretendo para o meu projeto de mestrado. Uma das falas que mais impressiona é de um texto referenciado pelo autor, dizendo o que é o pesquisador:

O pesquisador... "precisa estar à altura do cotidiano", como disse Max Weber. Mais do que demonstrar isso ou aquilo, deve mostrar, dar a ver, fazer vir, desentranhar, fazer emergir, revelar, descobrir, desvendar, expor à luz. Não lhe basta conhecer o poder (institucional explícito), deve perceber o fluxo da potência (subterrânea). Se não pode provar o que aconteceu no passado nem prever o futuro, cabe-lhe narrar bem o presente. Mescla de antropólogo, de fotógrafo, de repórter, de cronista e de romancista, necessita captar e narrar a fluência, o extraordinário e a complexidade do vivido. (VICTORIO FILHO 2007, p.99)

O professor Aldo (2007), ele traz uma proposição metodológica bem difícil de ser implementada, mas necessária para compreender a complexidade do cotidiano escolar. Como ele se coloca como sendo apenas um ator dentro de uma rede hierárquica "o cuidado com a estatura da minha percepção foi importante para a articulação da tentativa de narrar tudo o que meu olhar e minhas sensações criaram no dia-a-dia ordinário da escola" (VICTORIO FILHO 2007, p.99).

No ponto de vista geográfico o autor consegue até fazer um texto voltado para os conceitos geográficos, fazendo uma análise partindo de conceitos como lugar, território e redes, mesmo não explicitando no seu texto, abordam de forma contundente e mostra as relações que ocorrem dentro do universo escolar.

O trabalho contribui de forma significativa, colocando novas percepções e uma narrativa detalhada do cotidiano escolar, porém que é muito difícil de analisar como coloca "Criar e lidar com os processos que envolvem uma investigação de aspectos da educação por

meio do cotidiano escolar, como metaforizei na minha tese, foi lidar com um ser titânico de muitas cabeças” (VICTORIO FILHO 2007, p.100).

São diversos atores e uma rede que se sobrepõe a escola, pois seu regimento interno é moldado por sujeitos externos. Então, além de pesquisar os atores internos, tem uma questão de redes também para ser entendida.

O referido autor traz algo importante sobre o processo de pesquisar, quando o pesquisador se vê dentro da própria pesquisa sem a separação do sujeito pesquisado e o sujeito pesquisador. Dessa forma, ele enfatiza:

No espaço e no tempo da pesquisa no/do cotidiano, nos quais a interrogação dos sentidos que damos à pesquisa é permanente, não há refúgio teórico nem prático que separe os olhos dos que veem daquilo ou daqueles que são vistos. Em outras palavras, penso que, em qualquer pesquisa nessa órbita, o pesquisador é inexoravelmente inseparável daquilo que investiga (VICTORIO FILHO 2007, p.101).

O pesquisador encontrou dificuldade até para separar os personagens dessa pesquisa, pois existiu a junção deste com o objeto de estudo

Considerando que professores e professoras, alunas e alunos estão dinamicamente enredados nas tragédias e comédias do dia-a-dia escolar, o desafio da pesquisa revelou-se, inicialmente, na dificuldade e no risco da escolha das formas e dos meios pelos quais se dariam os processos investigativos que abordariam sujeitos enredados com tantas histórias em tantas diferentes situações (VICTORINO FILHO 2007, p.101).

No decorrer do texto é explicado como é feito todo o processo para realizar uma pesquisa tão complexa. O Aldo consegue explicitar bem como as metodologias são criadas. Esse texto é um exemplo do que fazer para pesquisar no cotidiano escolar, quais caminhos percorrer, qual a complexidade e quais as benesses desse processo. O trabalho do Aldo significa bastante para um projeto que ainda está iniciando seu processo, porque viabiliza novas criações metodológicas e mostra como pode ser arquitetada uma pesquisa.

Outro texto que trouxe contribuições para o projeto de mestrado foi o de Ferraço "Eu, caçador de mim". Nesse texto o autor, assim como o texto anterior, trouxe uma abordagem do cotidiano escolar. Ele tenta coloca a questão das pesquisas se voltarem para as escolas como uma forma de não existir distanciamento entre o ex-aluno e agora universitário com a sua antiga escola, como salienta o autor "Penso ser essa uma das razões para os estudos dos cotidianos das escolas (FERRAÇO 2003, p. 158) ”, uma forma de não distanciamento do nosso lugar.

O Ferraço (2003) ele traz um bom debate sobre senso comum, ciência e cotidiano explicando como podem surgir metodologias de pesquisa sob esses aspectos, buscar as metodologias partindo do cotidiano é a parte mais complexa, porém traz grandes

aprendizagens esse processo que ele faz. Enquanto professor, ele coloca que ao pesquisar o cotidiano da escola acaba sendo seu próprio objeto de estudo por está tão afinado no cotidiano da escola.

Todos os trabalhos e autores contribuíram de forma enriquecedora para o projeto de mestrado vigente, trazendo um ótimo embasamento teórico para esse trabalho. Além disso, provocando reflexões importantes para a construção enquanto professor. São textos de autores diferentes e temas diversos, mas ficarão inerentes nesse processo de pesquisa e formação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entender a trajetória dos documentos oficiais e da Geografia escolar na formação inicial do Professor é um caminho que pressupõe compreender o processo em que elas foram criadas e a consolidação. Com isso nessa revisão teórica em que autores discorrem acerca da legislação educacional e da história da Geografia escolar, identificamos os caminhos para a organização do sistema em períodos de mudanças de estratégias para a educação e a formação, com avanços e retrocessos ao longo do processo.

A revisão bibliográfica demonstrou a grande importância de conhecer e refletir sobre a constituição da Geografia escolar, acarretando um grande enriquecimento docente acerca da disciplina e toda sua elaboração para que esteja atualmente nos currículos, além de trazer percepções sobre a elaboração da educação no Brasil.

Por isso a importância de conhecer como se constituiu a estrutura educacional brasileira e seus currículos escolares, identificando as mudanças significativas para a consolidação da educação, apesar das lacunas e problemáticas no decorrer da trajetória histórica da educação.

Em vista do exposto, esse caminho está em permanente mudança, porque a dinâmica educacional é constante e pressupõe que os documentos que regem-na acompanhe essas transformações, toda via, é preciso compreender quais os objetivos intrínsecos pelos grupos que a constituem a legislação educacional, seja ela para a formação inicial ou da estrutura curricular ao longo da história da educação, na busca da melhor estratégia para combater os eventuais equívocos na elaboração e constituição desses documentos oficiais.

Nesse contexto, esses diálogos com a estrutura educacional e a história da disciplina Geografia escolar, proporcionaram novas reflexões e perspectivas na profissão docente. E são debates com pertinência para o surgimento de novas ideias sobre o processo de ensino-aprendizagem em Geografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dialogar com os textos e revisar seus conteúdos trouxeram mais ideias e reflexões sobre o processo de formação enquanto docente, as discussões de todos os textos abriram um grande leque de aprendizagens e conhecimentos.

A Geografia escolar é um tema bastante abrangente e traz consigo uma série de discussões enriquecedoras para os professores de Geografia. Debater acerca dela é relevante para processo de aprendizagem, trazendo consigo grandes reflexões para a formação docente do professor de Geografia.

As discussões que colocamos nos textos servirão de base para diálogos futuros sobre a disciplina de Geografia e suas peculiaridades. Além disso, trouxeram percepções sobre a configuração que abarca uma disciplina, demonstrando todo um processo para poder ser colocada no currículo.

Nesse contexto, a importância de debater a Geografia como disciplina é enorme, possibilitando ao próprio docente entender como é o processo realizado para poder lecionar Geografia em sala de aula. Retirando a ideia de algo apenas posto sem ter uma elaboração histórica e toda uma intenção externa presente nesse lecionar em Geografia dentro desse currículo e também na própria disciplina.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. A. M. de. **Dois momentos na história da Geografia escolar: a Geografia clássica e as contribuições de Delgado de Carvalho.** Rev. Bras. Educ. Geog., Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 19-51, jul./dez., 2011.

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. **A luta de professores de História e Geografia frente aos Estudos Sociais e o papel da disciplina na formação de alunos que ingressam no curso de Pedagogia da UFPB - Campus I.** In. Anais do IV Seminário de Educação e Movimentos Sociais – democracia no Brasil: desafios e perspectivas. João Pessoa: UFPB, 2006. P. s/n

BITTENCOURTE, C.M.F. **Ensino de História fundamentos e métodos.** 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018. v. 1. 327p. .

CACETE, Nuria. Hanglei. **Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária.** Educ. Pesqui. 2014, vol.40, n.4, p.1061-1076.

CHERVEL, A. **História das disciplinas escolares:** reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, 2, 177-229.

CONTI, José Bueno. **A Reforma do Ensino em 1971 e a Situação da Geografia.** Boletim Paulista de Geografia, nº 51, jun. 1976. P. 57 a 70.

DEMO, Pedro. Cuidado **Metodológico:** signo crucial da qualidade Sociedade e Estado, Brasília, v. 17, n. 2, p. 349-373, jul./dez. 2002.

FERRAÇO, C. E. Eu, caçador de mim. In: Regina Leite Garcia. (Org.). **Método: pesquisa com o cotidiano.** 1ed.Rio de Janeiro: DP&A, 2003, v. 1, p. 157-175.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007

ISLLER, Bernardo. **A Geografia e os Estudos Sociais.** Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente. 1973.

JARDIM, Renato. **Ensino da Geografia – necessidade de uma reforma nos programas e métodos.** In: I conferência nacional de educação (Org.) Costa, José, Roberto, Schmidt, Shena e Denílson. Brasília, INEP, 1997.

MATE,C.Hanna. **O discurso reformista na educação brasileira.** In:MATE,C.Hanna. Tempos modernos na escola- anos 30 e a racionalização da educação brasileira. Bauru-SP: EDUSC; Brasília; INEP,2002.p33-77.

ROCHA, Genylton Odilon R. da. **O Colégio Pedro II e a Institucionalização da Geografia escolar no Brasil Império.** In: Giramundo, Vol.1 nº1, jan?jun.2014.p.15-34.

SAVIANI, Demerval. **Equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova, (1932-1947) e a Predominância da Pedagogia Nova.** In: SAVIANI, Demerval. Historias das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.p.195-303.

VESENTINI, J. W. **Geografia crítica e ensino.** In: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. (Org.). Para onde vai o ensino da Geografia?. 4ª.ed.São Paulo: Contexto, 1989, v. 1, p.

VICTORIO FILHO, A. **Pesquisar o cotidiano é criar metodologias.** Educação & Sociedade (Impresso), v. 28, p. 97-110, 2007.